



Unidade Nacional

Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias
22 de fevereiro de 2013 - Nº 338 www.sindipetrocaxias.org.br



Próxima reunião dos aposentados e pensionistas é no dia 5 de março às 10 horas

INSS recua e suspende convênio com a Petrobrás/Petros

Imprensa da FUP

A Petrobrás informou à FUP e seus sindicatos que o INSS voltou atrás em sua decisão de prorrogar até janeiro de 2014 o convênio para pagamento dos seus benefícios através da Petros. O Instituto encerrou o convênio no dia 31 de janeiro e a partir de fevereiro passará a depositar o benefício diretamente na conta do aposentado e pensionista. Com isso, poderão ser inviabilizados os descontos automáticos para a AMS, empréstimos, mensalidades de sindicatos, clubes e associações, que eram feitos pela Petrobrás ao receber os recursos do INSS, antes de repassá-los à Petros.

A FUP e seus sindicatos continuam mobilizados, utilizando todas as formas de interlocução e pressão junto ao governo e à Petrobrás para que o convênio volte a ser restabelecido e para que não haja qualquer tipo de prejuízos para os aposentados, pensionistas e trabalhadores da ativa, em função desta decisão do INSS.

Desde que tomou conhecimento de que o INSS ameaçava interromper o convênio, a FUP cobrou dos

gestores da Petrobrás e da Petros que intercedessem, buscando todos os canais possíveis para garantir a manutenção do convênio. No dia 27 de novembro, a FUP reuniu-se com o secretário executivo do Ministério da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas, para explicar os impactos negativos que o cancelamento do convênio traria para os petroleiros, principalmente os aposentados e pensionistas. Uma semana após essa reunião, a Petrobrás enviou documento à FUP, informando que o INSS aceitou prorrogar o convênio até janeiro de 2014.

O convênio da Petrobrás com o INSS existe desde 1984 e possibilita o desconto automático da AMS para os aposentados e pensionistas e uma série de benefícios que foram conquistados pelo movimento sindical ao longo dos anos. É através deste convênio que foi possível garantir aos assistidos dos planos Petros o adiantamento dos benefícios da parcela do INSS nas mesmas datas da ativa; empréstimos com cálculo e desconto na parcela do INSS, entre outras cláusulas pactuadas nos Acordos Coletivos da categoria.

FUP intensifica luta pelo restabelecimento do convênio e exige que Petrobrás e Petros preservem todos os direitos da categoria

Imprensa da FUP

A FUP e seus sindicatos continuam mobilizados, intensificando todas as formas de interlocução e pressão junto ao governo e à Petrobrás para que o INSS restabeleça o convênio com a Petrobrás/Petros. A FUP já solicitou uma audiência com o ministro da Previdência Social para tratar desta questão e também está lutando para que não haja qualquer tipo de prejuízos aos aposentados, pensionistas e trabalhadores da ativa, em função da suspensão do convênio.

Assim que tomou conhecimento (em 31 de outubro do ano passado) de que o INSS ameaçava interromper o convênio, a FUP cobrou dos gestores da Petrobrás e da Petros que intercedessem, buscando todos os canais

possíveis para garantir a manutenção do convênio. Desde então, a FUP vem fazendo gestões junto aos órgãos governamentais e exigindo da Petrobrás e da Petros a manutenção de todos os direitos dos participantes, aposentados e pensionistas.

Conheça a cronologia dos fatos

31/10/2012 - durante reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Petros, o conselheiro eleito pelos participantes e diretor da FUP, Paulo César Martin, tomou conhecimento da intenção do INSS suspender o seu convênio com a Petrobrás a partir de fevereiro de 2013. O conselheiro imediatamente reportou o fato à diretoria da FUP.



01/11/2012 - no dia seguinte, a FUP reuniu-se com a diretoria da Petros para cobrar esclarecimentos sobre a possibilidade de suspensão do convênio. A Petros esclareceu que foi informada pela Petrobrás sobre esta questão no dia 10 de outubro e, diante da gravidade do fato, pautou o assunto na reunião do Conselho Deliberativo. A diretoria da Petros ressaltou para a FUP os impactos decorrentes da decisão do INSS e se comprometeu a fazer gestões políticas para garantir a manutenção do convênio.

05/11/2012 e 07/11/2012 - nas reuniões das Comissões de Acompanhamento do ACT e da AMS, a FUP cobrou explicações da Petrobrás sobre a possibilidade de término do convênio com o INSS e exigiu que a empresa interviesse nesse processo para garantir os direitos dos trabalhadores e evitar qualquer tipo de prejuízos aos aposentados e pensionistas. Na reunião, a empresa reiterou que manteria todos os compromissos acordados no ACT e que, caso o convênio fosse extinto, não significaria ameaça alguma aos direitos dos aposentados e pensionistas, entre eles a AMS, que é garantida pelo acordo coletivo.

27/11/2012 - o coordenador da FUP, João Antônio de

Moraes, reuniu-se em Brasília com o secretário executivo do Ministério da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas, e a secretária adjunta, Elisete da Silva Iwai, para explicar os impactos negativos que o cancelamento do convênio traria para todos os trabalhadores do Sistema Petrobrás, principalmente para os aposentados e pensionistas. Na ocasião, os representantes do Ministério se comprometeram a enveredar esforços para manter o convênio, mas destacaram que dependiam que a Petrobrás resolvesse as pendências em relação à prestação de contas.

05/12/2012 - uma semana após a reunião da FUP com o Ministério da Previdência Social, a Petrobrás enviou documento à FUP, informando que o INSS aceitou prorrogar o convênio até janeiro de 2014.

01/02/2013 - a Petrobrás enviou documento à FUP, informando que foi surpreendida no dia 31/01 pela decisão do INSS de suspender o convênio com a empresa. No documento, a empresa informou que, junto com a Petros, estava “envidando todos os esforços para resolver as questões apontadas como pendentes, e com isso, firmar novo convênio, solução já apresentada pelo INSS”.

COMUNICADO IMPORTANTE

Petros fará desconto de parcela do INSS já paga

Em razão de o comunicado de suspensão do convênio do INSS com a Petrobrás ter sido feito nos últimos dias de janeiro, a Petros, por falta de tempo hábil, não retirou da sua folha de pagamento de fevereiro a parcela relativa ao INSS dos aposentados e pensionistas. Como o INSS depositará o pagamento de fevereiro diretamente na conta dos beneficiários e não

mais para a Petrobrás, a Petros processará o desconto dessa quantia no contracheque do mês de março.

Portanto, o Sindipetro Caxias alerta seus associados que em fevereiro todos receberão a parcela do INSS em dobro, por meio da Petros e depósito em conta pelo INSS, mas a Petros fará o estorno em março.

Justiça trabalhista não é competente para ações sobre previdência privada diz STF

O Supremo Tribunal Federal julgou, no dia 20 de fevereiro, a Repercussão Geral relativa ao Recurso Extraordinário da Petros, nas ações dos níveis dos Acordos Coletivos de 2004, 2005 e 2006, que questionava a competência da Justiça do Trabalho para apreciar conflitos envolvendo planos de previdência privada. Por maioria, o STF decidiu que a competência para julgar casos envolvendo complementação de aposentadoria é da Justiça Comum, mas com modulação dos efeitos da decisão, como proposto anteriormente pela ministra relatora aposentada Ellen Gracie. A partir da data da conclusão do julgamento, ou seja, a partir de 20 de fevereiro de 2013, os processos que já estiverem com decisão de primeiro grau proferida

pela Justiça do Trabalho devem seguir na Justiça Especializada. Aqueles que estiverem tramitando na Justiça do Trabalho e não tiverem decisão de primeiro grau deverão ser enviados à Justiça Comum.

Para as ações do Departamento Jurídico do Sindipetro Caxias, em um primeiro momento, não haverá qualquer alteração, tendo em vista que essas ações ou estavam aguardando o julgamento da repercussão geral ou estão em trâmite para o TST. Portanto, os aposentados e pensionistas que ingressaram com a ação dos níveis de 2004, 2005 e 2006 por intermédio do Sindicato os processos permanecem na Justiça do Trabalho e retornarão para a vara trabalhista de Duque de Caxias a fim de se dar início à execução.

Unidade Nacional

Impresso em
papel reciclado



*Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias - Rua José de Alvarenga, 553 - CEP: 25.020-140 - Centro - Duque de Caxias - RJ - Tel. / Fax: (21) 3774-4083 / 2772-7330 / 2672-1623 / 2652-1672 - www.sindipetrocaxias.org.br - **Correio eletrônico:** imprensa@sindipetrocaxias.org.br - **Webdesigner/Diagramação:** David Candeias - **Impressão:** **Sindipetro-Caxias - Tiragem: 3.000 exemplares***